

Melhora o clima para negociar

por Celso Pinto

de Washington

A proposta brasileira de negociação da dívida externa parece ter superado o primeiro teste: ser considerada um razoável ponto de partida para conversas. As diferenças de posição continuam enormes entre o Brasil e os credores, mas existe um nítido esforço para criar um ambiente menos tenso.

"Nós indicamos que a proposta brasileira merece consideração", disse ontem o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, logo após um encontro de mais de uma hora com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. "Foi um bom encontro", definiu Baker. Ele reafirmou que considera a discussão de um acordo do Brasil com os bancos e com o FMI como "questões separadas".

Desta vez, os dois lados cuidaram para que as declarações à imprensa seguissem uma mesma direção. "Ele (Baker) disse que nossa proposta era uma boa base para negociação", explicou Bresser, "o que não quer dizer, é claro, que ele concorda."

Na verdade, nem Baker nem os bancos concordam com algumas idéias brasileiras. Os bancos acham o pedido brasileiro excessivo e querem mais participação dos bancos oficiais e agências multilaterais no pacote, o que é uma maneira indireta de pedir a garantia de um acordo formal com o FMI. Outra questão importante, segundo um assessor do ministro, é um pagamento simbólico de juros pelo Brasil, o chamado "token payment", que funcionasse como gesto de boa vontade e afastasse de vez a ameaça de reclassificação dos empréstimos ao País, pelas autoridades bancárias norte-americanas, no próximo dia 26 de outubro.

Bresser manteve contatos com vários ministros de

(Continua na página 17)

O Citicorp, maior credor individual do Brasil, conseguiu entrar no edifício do Fundo Monetário Internacional com a ajuda do Brasil. O episódio ocorreu quando o "chairman" do Citi, John Reed, chegou ao prédio do FMI sem seu crachá e teve a entrada impedida. Reed foi socorrido pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e pelo executivo do Brasil no FMI, Alexandre Kafka. Eles conseguiram liberar a entrada do banqueiro.

(Ver página 17)

Melhora o clima para ...

por Celso Pinto
de Washington

(Continuação da 1ª página)

países desenvolvidos e ficou animado. Pelo seu relato, alguns desses ministros (ele citou o inglês, Nigel Lawson, e o alemão, Gerhard Stoltenberg) concordaram em manter-se "neutros" frente a seus bancos, isto é, não recomendar que eles evitem qualquer acordo antes que o Brasil faça um acordo com o FMI. De outro lado, contudo, todos os ministros enfatizaram a importância de um acordo com o FMI para a renegociação das dívidas oficiais no Clube de Paris.

O ministro das Finanças da França, Edouard Balladur, disse a este jornal que a proposta brasileira "é engenhosa". Mas ressaltou que o primeiro passo deveria ser "convencional": ir ao FMI. Stoltenberg, por sua vez, disse à imprensa que o País deveria encontrar uma solução para a dívida "em cooperação" com o FMI.

A distância, nesse caso do FMI, pode ser menor do que parece. O Brasil não aceita vincular o desembolso do acordo com os bancos ao cumprimento de um acordo com o FMI e tem insistido em que esse acordo viria depois de algum acordo com os credores privados.

Bresser Pereira, contudo, explicou que é possível ao Brasil iniciar conversas com o FMI durante o processo de negociação com os bancos, desde que haja claras indicações da possibilidade de chegar a bom termo. A precedência do acordo com os bancos, disse ele, tem sido mencionada por uma questão de clareza, uma razão "didática", se-

gundo o ministro. O que é inaceitável é vincular o desembolso dos bancos a um acordo com o FMI.

Quanto ao "token payment", a posição é também flexível. Se os bancos mostrarem "que estão decididos a negociar", o Brasil poderá, segundo Bresser Pereira, fazer um gesto de boa vontade. O que é inegociável, reafirmou o ministro, é suspender a moratória antes de um acordo com os bancos.

Independentemente das questões específicas, o fato é que há um esforço para caracterizar a discussão com o Brasil como positiva; há também o desejo, de muitos, de tentar preservar um espaço para Bresser Pereira. Como disse um alto funcionário de uma instituição multilateral, o ministro brasileiro é "uma pessoa muito construtiva que precisa ser apoiada". O suposto é que essa mesma atitude construtiva po-

deria faltar a um eventual sucessor.

Significativamente, o presidente do Comitê Interino do FMI, o ministro dos Países Baixos, Onno Ruding, usou a mesma expressão numa entrevista, pela manhã, à imprensa. Ele agradeceu a Bresser Pereira por "sua participação muito construtiva" nas discussões do comitê, no domingo.

O ex-presidente do Federal Reserve Board, o banco central norte-americano, Paul Volcker, foi ainda mais longe na questão brasileira. Falando num seminário, em Washington, Volcker disse que o Plano Baker necessita "reforço e revigoramento" e que as negociações entre o Brasil e seus credores serão "um caso-teste crucial".

Ele foi contra as propostas "de professores e políticos" que implicam perdão de parte da dívida, mas defendeu "um esforço corporativo" entre bancos, governos e instituições internacionais para montar programas que possam sustentar o crescimento do País durante anos.

Outro sinal entendido como positivo pelo ministro brasileiro foi o fato de o Comitê Interino, o mais importante centro de decisões relativas ao FMI, em que o voto dos países mais ricos é hegemônico, ter incluído em seu comunicado final, ontem, uma referência à

abertura de novas opções para a dívida, orientadas para o mercado. Entre elas, o comitê disse ser "especialmente dignos de atenção" novos instrumentos financeiros, inclusive títulos. Essa abertura a uma "securitização" da dívida (transformação da dívida em títulos negociados), embora dentro das regras do mercado e em bases estritamente voluntárias, endossa o princípio da parte não convencional da proposta brasileira de negociação. Antes disso, no sábado, o Brasil havia conseguido incluir no documento produzido pelo Grupo dos 24 (que reúne os países em desenvolvimento) um endosso formal à ideia de transformação da dívida em títulos de longo prazo, considerando-se os valores de negociação da dívida no mercado e a necessidade de ter juros fixos, de forma a tornar mais estável o fluxo de pagamentos externos.

Apesar da soma de sinais encorajadores e da criação de um clima mais distendido em relação ao Brasil, a avaliação sobre o futuro deve ser feita com prudência. Dois assessores do ministro da Fazenda sugeriram a este jornal que não há razão para excessivo otimismo e lembraram que existem muitos problemas pela frente. O próprio ministro, por sua vez, lembrou que a negociação deverá durar muitos meses.